ISSN: 2358-8829

REGGAE E ENSINO DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS COM MÚSICAS DE EDSON GOMES NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DA UFCG

Anderson Vieira Xavier[1]

INTRODUÇÃO

A música ocupa um lugar significativo nas experiências culturais e nas formas pelas quais os sujeitos interpretam a sociedade. Por meio de ritmos, narrativas e referências compartilhadas, as canções podem expressar conflitos, denunciar desigualdades, preservar memórias e formular críticas às relações de poder. No ensino de História, essas características permitem trabalhar com linguagens que aproximam os conteúdos escolares das experiências culturais dos estudantes. Entretanto, incorporar uma canção à aula não significa, por si só, produzir conhecimento histórico. É necessário problematizar suas representações, contextualizar os sentidos que mobiliza e estabelecer relações entre a linguagem musical e os processos históricos estudados.

O uso da música insere-se em uma discussão mais ampla sobre as fontes, as linguagens e as metodologias do ensino de História. Assim como documentos escritos, imagens e mapas, as canções podem suscitar questões sobre diferentes temporalidades e experiências sociais. Seu potencial pedagógico não reside apenas em tornar a aula mais dinâmica, mas em possibilitar a análise de discursos, posicionamentos e interpretações do passado. Para isso, a escuta precisa ser acompanhada de questões que estimulem os estudantes a refletir sobre o conteúdo da obra, suas representações e as relações que estabelece com o contexto histórico de sua produção e análise.

Este trabalho relata e analisa uma experiência didática desenvolvida durante o Estágio Curricular Supervisionado III da Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Vital do Rêgo, em Queimadas, Paraíba. A atividade ocorreu em duas turmas do 7º ano do Ensino Fundamental, do turno da tarde, durante o estudo da expansão colonial portuguesa. A análise toma como referência a canção “500 Anos” (2003), de Edson Gomes, utilizada em sala de

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Membro Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET História, anderson2005xavier@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

aula, e estabelece uma articulação temática com “História do Brasil” (1988), do mesmo compositor, para discutir as possibilidades de uma abordagem didática integrada sobre colonização, racismo, desigualdades sociais e permanências históricas.

A escolha dessas canções permite abordar o passado colonial a partir de uma interpretação crítica, que enfatiza a violência, a exploração e as experiências de grupos historicamente marginalizados. Enquanto “História do Brasil” apresenta referências à escravização e à permanência de desigualdades sociais, “500 Anos” enfatiza a continuidade de experiências de exclusão e resistência. A aproximação entre as obras permite problematizar narrativas que apresentam a colonização predominantemente como expansão territorial e formação política, sem conferir a mesma atenção às consequências da dominação colonial e às experiências dos povos indígenas e das populações africanas escravizadas.

A questão que orienta a análise é: quais possibilidades e limites o uso de músicas de Edson Gomes apresenta para a problematização de conteúdos históricos e para a reflexão sobre as relações entre passado e presente no Ensino Fundamental 2? Busca-se discutir a música como linguagem e objeto de investigação histórica, examinar as respostas observadas durante a atividade realizada e refletir sobre a mediação docente necessária para transformar um recurso cultural em instrumento de problematização histórica.

A discussão fundamenta-se nas contribuições de Bittencourt (2005), quanto ao uso da música no ensino de História; de Freire (1996), pela importância do diálogo e da reflexão crítica na prática educativa; e de Rüsen (2010; 2015), pela relação entre interpretação do passado e orientação no presente. Dialoga também com Kilomba (2019), Paim e Araújo (2021) e Pereira e Seffner (2008), cujas reflexões contribuem para discutir as narrativas coloniais, os silenciamentos históricos e a construção das identidades.

METODOLOGIA

O artigo caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, elaborado com base no relatório de estágio, no planejamento didático e nos registros sobre o desenvolvimento da aula. O planejamento tomou como referência o livro didático Expedições da História – 7º ano (Cotrim; Rodrigues, 2022) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), especialmente a habilidade EF07HI09, relacionada à análise dos impactos da conquista europeia sobre as populações ameríndias e das formas de resistência. Nesse contexto, a música foi incorporada como recurso para ampliar a discussão sobre a colonização e aproximar o conteúdo curricular de questões sociais presentes no debate público.

ISSN: 2358-8829

A atividade documentada ocorreu em Novembro de 2025, no início da regência. Antes da reprodução de “500 Anos”, de Edson Gomes, foi realizada uma retomada dos conhecimentos prévios dos estudantes. No quadro, registrou-se a expressão “Colonização Portuguesa”, a partir da qual os alunos foram convidados a mencionar acontecimentos e ideias relacionados ao tema. Entre as respostas, apareceram referências à exploração, à escravização, à produção açucareira, aos povos indígenas e ao tráfico de africanos escravizados. Em seguida, foram distribuídas cópias da letra e reproduzida a canção.

A articulação com “História do Brasil” amplia a proposta de análise das representações da colonização presentes na obra do compositor, permitindo estabelecer relações temáticas entre as duas canções. Essa articulação não substitui o registro da atividade efetivamente realizada: as observações empíricas discutidas neste relato dizem respeito à aula documentada com “500 Anos”. A segunda canção é mobilizada na construção da proposta didática integrada, sem atribuir aos estudantes reações ou resultados que não constam nos registros disponíveis.

A análise foi organizada em três eixos: a música como linguagem e objeto de investigação histórica; as respostas dos estudantes e as condições de realização da atividade; e as possibilidades de problematização da colonização, das relações raciais e da consciência histórica. Foram consideradas as manifestações de interesse e sensibilização, os episódios de dispersão e os limites para o aprofundamento da discussão. Por se tratar de uma experiência pontual, o relato não pretende medir isoladamente a aprendizagem nem atribuir à música resultados que dependeriam de um processo pedagógico mais prolongado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A música como linguagem e objeto de investigação histórica

A música pode ampliar as linguagens mobilizadas no ensino de História, pois expressa experiências sociais, interpretações do passado e críticas às relações de poder. As canções não se limitam ao entretenimento: também podem registrar tensões sociais, produzir representações de diferentes grupos e apresentar interpretações sobre acontecimentos históricos. Quando utilizadas pedagogicamente, oferecem oportunidades para investigar como o passado é narrado, quais sujeitos recebem destaque e que experiências são marginalizadas.

Essa possibilidade exige distinguir a utilização da música como ilustração de um conteúdo de sua transformação em objeto de investigação. Ouvir uma canção durante a aula

ISSN: 2358-8829

não garante que os estudantes analisem seus sentidos ou estabeleçam relações com os processos históricos estudados. É necessário orientar a escuta, formular questões e contextualizar as representações presentes na obra. Bittencourt (2005) chama atenção para essa diferença ao discutir as possibilidades e os desafios do uso pedagógico da música:

> O uso da música é importante por situar os jovens diante de um meio de comunicação próximo de sua vivência, mediante o qual o professor pode identificar o gosto, a estética da nova geração. Apesar de todas essas vantagens, o uso da música gera algumas questões.
> Se existe certa facilidade em usar a música para despertar interesse, o problema que se apresenta é transformá-la em objeto de investigação. Ouvir música é um prazer, um momento de diversão, de lazer, o qual, ao entrar na sala de aula, se transforma em uma ação intelectual. Existe enorme diferença entre *ouvir* música e *pensar* a música. (BITTENCOURT, 2008, p. 379-380).

A reflexão evidencia que despertar o interesse dos estudantes constitui apenas uma etapa do trabalho. É necessário transformar a escuta em uma atividade intelectual orientada, na qual os alunos possam examinar as ideias apresentadas, reconhecer as escolhas do compositor e relacionar a obra aos conhecimentos históricos. Bittencourt também propõe explorar os hábitos de escuta, as formas de circulação da música e as transformações tecnológicas envolvidas em sua produção. Comparar diferentes maneiras de ouvir música, por exemplo, pode favorecer discussões sobre a indústria cultural, o consumo e as condições sociais de produção e circulação das canções. Embora essas possibilidades não tenham sido desenvolvidas integralmente na aula relatada, constituem caminhos para aprofundar o trabalho com essa linguagem.

Na experiência analisada, “500 Anos” foi escolhida pela possibilidade de problematizar a colonização portuguesa a partir de uma interpretação crítica. A aproximação com “História do Brasil” permite ampliar essa abordagem, pois ambas as canções mobilizam questões relacionadas à escravização, à exclusão e à permanência das desigualdades. A leitura conjunta das obras pode ajudar a discutir como diferentes composições representam as experiências históricas e quais relações estabelecem entre o passado colonial e as condições sociais posteriores.

Essa abordagem exige reconhecer que as canções constituem interpretações da história, e não relatos neutros ou representações completas do período colonial. Seu valor didático está nas perguntas que permitem formular: Quais experiências são destacadas? Que sujeitos aparecem como vítimas ou agentes de resistência? Como as obras relacionam passado e presente? Quais aspectos da história colonial são enfatizados ou deixados em segundo

ISSN: 2358-8829

plano? Questões dessa natureza ajudam a tratar a música como produção cultural cujos sentidos podem ser examinados e discutidos.

A proposta também busca estabelecer relações entre o conteúdo curricular e questões contemporâneas, especialmente o racismo e as desigualdades sociais. Essa articulação não significa afirmar que o presente seja uma reprodução direta do passado, mas investigar como relações sociais foram construídas, transformadas e contestadas ao longo do tempo. Nessa perspectiva, Rüsen (2015, p. 52) compreende a História como uma conexão temporal entre passado e presente, com projeções para o futuro, que adquire sentido por meio da narrativa. A aprendizagem histórica envolve, portanto, interpretar experiências temporais e construir referências para compreender o mundo vivido.

Desse modo, o emprego das canções não deve ser entendido como uma metodologia automaticamente mais eficaz do que outras. Sua contribuição depende dos objetivos pedagógicos, das perguntas formuladas e das oportunidades de análise oferecidas aos estudantes. A música ganha consistência como recurso didático quando ajuda a construir problemas históricos, em vez de apenas ilustrar um conteúdo previamente apresentado.

A experiência didática: participação, mediação e limites

A retomada dos conhecimentos prévios permitiu identificar algumas referências que os estudantes associavam à colonização portuguesa, como exploração econômica, escravização, produção açucareira e relações com os povos indígenas. Essa etapa estabeleceu um ponto de partida para a atividade e possibilitou relacionar as ideias apresentadas pela turma às questões levantadas pela canção.

A reprodução de “500 Anos” provocou respostas distintas. Alguns estudantes reconheceram o artista e demonstraram interesse pela música, enquanto outros permaneceram dispersos ou a trataram principalmente como entretenimento. Também ocorreram manifestações de envolvimento com as questões sociais discutidas, sobretudo em relação ao racismo, à desigualdade e à violência colonial. Os registros indicaram maior sensibilização perceptível em parte do 7º F, mas essa observação deve ser compreendida como uma impressão situada, e não como prova de que a turma tenha desenvolvido uma compreensão histórica mais aprofundada.

A diversidade de respostas demonstra que os estudantes não recebem os recursos didáticos de maneira uniforme. Suas experiências culturais, a familiaridade com o gênero musical e a compreensão do conteúdo interferem na participação. Assim, o interesse

ISSN: 2358-8829

despertado por uma canção não pode ser tomado como sinônimo de aprendizagem, do mesmo modo que uma reação discreta não comprova necessariamente ausência de compreensão.

A articulação temática com "História do Brasil" oferece a possibilidade de ampliar o questionamento iniciado com "500 Anos". Enquanto a segunda canção enfatiza a experiência prolongada da exclusão e da resistência, a primeira apresenta referências à escravização e à permanência de posições sociais desiguais. Em uma proposta didática integrada, a comparação entre as duas obras permitiria identificar aproximações e diferenças na forma como o compositor representa a história brasileira. Essa comparação também poderia orientar perguntas sobre a relação entre a experiência colonial e as desigualdades que persistem na sociedade contemporânea.

A experiência também evidenciou a importância de formular perguntas orientadoras. A escuta pode provocar impressões imediatas, mas a elaboração de uma interpretação histórica exige relacionar essas impressões aos conteúdos estudados, identificar os problemas apresentados e discutir os sentidos da obra. A mediação docente é fundamental para que a música não permaneça apenas como ilustração do tema.

Essa mediação, contudo, não deve impor uma interpretação única. Cabe ao professor criar condições para que os estudantes formulem hipóteses, expliquem suas percepções e confrontem suas interpretações com os conhecimentos históricos disponíveis. O diálogo pedagógico pressupõe considerar as respostas dos alunos como parte do processo de aprendizagem e ajudá-los a desenvolver suas explicações. A reflexão de Freire (1996) sobre a prática educativa contribui para compreender essa dimensão, ao relacionar o ensino à reflexão crítica e à participação dos sujeitos.

Na experiência analisada, a retomada dos conhecimentos prévios e as reações à música abriram possibilidades de diálogo, embora o tempo disponível e a dispersão de parte dos estudantes tenham limitado o aprofundamento da discussão. Essas dificuldades mostram que a adoção de uma metodologia diferenciada não elimina os desafios cotidianos da sala de aula. O recurso musical precisa estar articulado ao planejamento, ao tempo disponível e às condições de participação dos estudantes.

A atividade apresentou, portanto, possibilidades e limites. Foi possível introduzir questões relacionadas à colonização, estimular manifestações de interesse e aproximar o conteúdo histórico de problemas sociais contemporâneos. Por outro lado, a dispersão e o tempo reduzido restringiram o desenvolvimento da discussão. Não há elementos suficientes para afirmar que a canção tenha produzido mudanças duradouras nas percepções dos alunos. O resultado mais consistente é a identificação de possibilidades para iniciar uma

ISSN: 2358-8829

problematização histórica por meio da música, desde que haja mediação e continuidade pedagógica.

Colonização, contranarrativas e consciência histórica

O ensino da colonização exige atenção às narrativas que organizam a compreensão do passado e aos sujeitos que recebem destaque ou são silenciados. Quando o processo colonial é apresentado exclusivamente a partir da expansão portuguesa, corre-se o risco de minimizar a violência, a exploração e as experiências de resistência dos povos indígenas e das populações africanas escravizadas. A reflexão de Kilomba (2019) contribui para compreender os efeitos de narrativas que privilegiam a perspectiva dos colonizadores:

> Nos pediam para ler sobre a época dos 'descobrimentos portugueses', embora não nos lembrássemos de termos sido descobertas/os. Pediam que escrevêssemos sobre o grande legado da colonização, embora só pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas/eles eram terroristas e rebeldes. Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador. (KILOMBA, 2019, p. 65).

A passagem questiona uma narrativa em que a colonização é interpretada prioritariamente pela perspectiva dos colonizadores, enquanto as memórias e experiências dos grupos submetidos à dominação são marginalizadas. No ensino de História, essa crítica reforça a necessidade de examinar não apenas os acontecimentos apresentados, mas também as escolhas narrativas que definem como eles são explicados e quais sujeitos históricos são reconhecidos.

As canções de Edson Gomes podem introduzir essa discussão ao destacar experiências de violência e exclusão associadas à história brasileira. Em "500 Anos", os versos: "O corpo do índio tomba" e "O corpo do negro dança" mobilizam imagens que podem ser problematizadas em sala de aula. Já "História do Brasil" apresenta a escravização e a permanência de posições sociais desiguais como elementos de uma narrativa crítica sobre a sociedade brasileira. A aproximação entre as obras permite examinar como diferentes imagens e expressões musicais representam a violência colonial e suas consequências, sem tomar as letras como descrições literais ou completas dos acontecimentos históricos.

A discussão também se relaciona às contranarrativas abordadas por Paim e Araújo (2021, p. 37). Os autores destacam que narrativas contra-hegemônicas podem questionar representações dominantes, ampliar o reconhecimento das histórias e memórias de negros e

ISSN: 2358-8829

indígenas e contribuir para práticas educativas comprometidas com a justiça cognitiva e social. No ensino de História, essa perspectiva favorece a problematização de versões consagradas do passado e a consideração de experiências e saberes historicamente marginalizados.

Essa abordagem dialoga com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena na educação básica. Esses dispositivos reforçam a importância de abordar a participação desses grupos na formação histórica do país, sem restringi-los à condição de vítimas ou personagens secundários. É necessário reconhecer suas experiências, formas de resistência, produções culturais e atuações históricas. Pereira e Seffner (2008) destacam a importância de relacionar o ensino de História à historicização das identidades e das experiências sociais:

> Nossa concepção é que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socio-culturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 119).

Essa perspectiva permite compreender o ensino de História como uma oportunidade para investigar como as identidades são construídas ao longo do tempo e como as representações do passado influenciam a compreensão que os sujeitos desenvolvem de si mesmos e da sociedade. Ao estudar a colonização, os estudantes podem analisar como determinados grupos foram representados, quais experiências foram valorizadas e quais foram silenciadas. O objetivo não é substituir uma narrativa única por outra igualmente fechada, mas ampliar as perspectivas de análise e fundamentar historicamente a compreensão dos conflitos e das desigualdades.

Na experiência com “500 Anos”, a aproximação entre a música e o conteúdo curricular possibilitou introduzir questões sobre racismo, desigualdade e memória da colonização. A articulação com “História do Brasil” amplia o repertório de possibilidades para discutir a representação musical desses processos e comparar as formas pelas quais a exclusão e a resistência aparecem nas duas obras. Contudo, a atividade documentada não permite afirmar que os estudantes tenham desenvolvido uma compreensão consolidada dessas relações. Para isso, seria necessário acompanhar suas interpretações em outras atividades e verificar como mobilizam os conhecimentos históricos na elaboração de explicações.

ISSN: 2358-8829

A consciência histórica, conforme discutida por Rüsen (2010; 2015), contribui para pensar esse processo ao destacar a relação entre a interpretação do passado e a compreensão do presente. A música pode suscitar questionamentos e aproximar os estudantes de diferentes interpretações históricas, mas a construção do conhecimento depende da análise crítica das representações, da contextualização e da continuidade do trabalho pedagógico. Assim, o reggae pode constituir uma linguagem relevante para o ensino de História quando articulado a objetivos definidos e a uma abordagem historicamente fundamentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência didática com “500 Anos”, de Edson Gomes, permitiu refletir sobre as possibilidades e os limites do uso do reggae no ensino de História. Inserida no estudo da expansão colonial portuguesa, a canção foi utilizada para questionar interpretações da colonização e estabelecer relações com questões contemporâneas, especialmente o racismo, as desigualdades sociais e as disputas em torno da memória histórica. A aproximação temática com “História do Brasil” amplia as possibilidades de análise das representações musicais sobre a escravização, a exclusão e a resistência, embora os registros empíricos apresentados se refiram à atividade realizada com “500 Anos”.

A atividade possibilitou aproximar os conteúdos escolares de uma linguagem cultural presente na sociedade e estimular manifestações de interesse e sensibilização. Entretanto, as respostas dos estudantes foram diversas, e a dispersão e o tempo disponível limitaram o aprofundamento da discussão. Por isso, não é possível afirmar que a atividade tenha produzido aprendizagens homogêneas ou mudanças duradouras nas interpretações dos alunos. A experiência demonstra que a música pode funcionar como ponto de partida para a investigação histórica, desde que não seja reduzida à ilustração do conteúdo e que sua utilização envolva questões orientadoras, contextualização e diálogo com os conhecimentos históricos.

Conclui-se que o potencial pedagógico do reggae está na possibilidade de ampliar a problematização e a interpretação do passado, especialmente quando as canções permitem questionar narrativas dominantes e reconhecer experiências historicamente marginalizadas. A experiência analisada não permite generalizações sobre os resultados da metodologia, mas evidencia a importância da mediação docente e da continuidade pedagógica para transformar o interesse inicial em investigação histórica.

ISSN: 2358-8829

Palavras-chave: Cultura e ensino, Ensino de história, Estágio supervisionado, Música e educação, Reggae.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 16 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 16 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2026.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Expedições da história**: 7º ano: manual do professor. São Paulo: Moderna, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Edson. **500 anos**. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/edson-gomes/542634/>. Acesso em: 28 out. 2026.

GOMES, Edson. **História do Brasil**. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/edson-gomes/864271/>. Acesso em: 28 out. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PAIM, Elison Antonio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Diálogos possíveis entre produzir, ensinar e aprender histórias decoloniais. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 31-46.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961>. Acesso em: 28 out. 2026.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.